

Diferença, diversidade, diferenciação

AVTAR BRAH

Thaissa Bessa

DISCIPLINA: MORALIDADE E INTERSECCIONALIDADE DE MARCADORES SOCIAIS

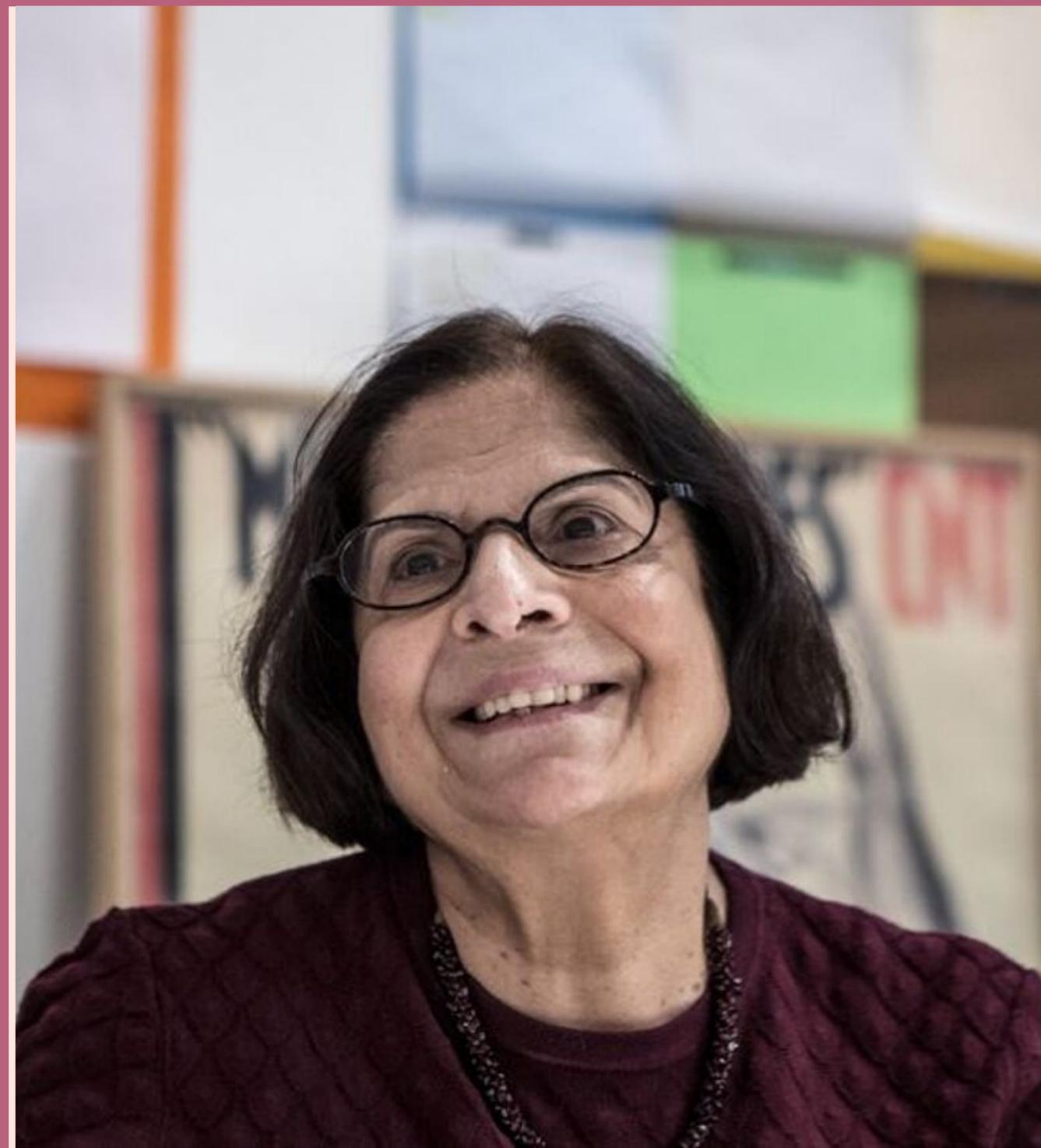
Avtar Brah

Nasceu na Índia, cresceu em Uganda de onde fugiu com a família antes que Idi Amin expulsasse os asiáticos do país.

Estudou nos Estados Unidos e morou depois na Inglaterra, onde se envolveu nos movimentos feministas, anti-racistas e nas tentativas socialistas de imaginar um mundo democrático.

Se aposentou como professora de sociologia da Universidade de Londres como especialista em questões de raça, gênero e identidade étnica.

AUTORA



Divisão do texto

“Diferença” que surgiram sobre a categoria “negro” (black) como sinal comum para a experiência de grupos na Grã-Bretanha do pós-guerra.

Maneiras como questões de “diferença” foram enquadradas na teoria e na prática feministas durante as décadas de 70 e 80.

Categorias conceituais usadas na teorização da “diferença”

Diferença a partir da categoria "negro"

- As pessoas africanas-caribenhas e do sul da Ásia que migraram para a Grã-Bretanha no período do pós-guerra vieram a ocupar uma posição estrutural semelhante em trabalhos predominantemente não qualificados ou semi qualificados nas camadas mais baixas da economia. Comumente descritas em discursos populares, políticos e acadêmicos como “pessoas de cor”.
- Código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado - racialização de sua posição de classe e gênero através de um racismo que punha em primeiro plano sua “não-brancura” .
- Similaridade de experiências: enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde.

Diferença a partir da categoria "negro"

- O conceito de “negro” surgia como um termo especificamente político envolvendo pessoas africanas-caribenhas e sul-asiáticas. Ele constituiu um sujeito político inscrevendo a política de resistência contra racismos centrados na cor.
- Influenciados pelo movimento Black Power, dos EUA, o termo "negro" foi adotado pelas coalizões emergentes entre organizações e ativistas africanos-caribenhos e asiáticos do sul no final dos anos 60 e nos 70 - como uma expressão confiante de uma identidade afirmativa de grupo.
- “Negro” tornou-se uma cor política a ser afirmada com orgulho contra racismos fundados na cor - Os ativistas africanos-caribenhos e sul-asiáticos na Grã-Bretanha tomaram o termo para estimular uma rejeição ao cromatismo entre aqueles definidos como “pessoas de cor” na Grã-Bretanha.

Diferença a partir da categoria "negro"

- Classe foi um importante elemento constitutivo no surgimento do conceito de “negro” como cor política.
- O novo sujeito produzido pela política do “negro” transformou a política de classe ao interrogar discursos políticos que afirmavam a primazia da classe.
- O discurso da unidade afro-asiática na Grã-Bretanha atendia ao chamado dos movimentos de libertação anticoloniais pela unidade entre os colonizados – houve deslocamento das categorias “imigrante” e “minoridade étnica” que, através dos anos 60 e 70, passaram a denotar redefinições racializadas de pertencimento e subjetividade.
- Conceito de “negro” estava associado a – significados distintos na Grã-Bretanha por comparação com os EUA – termo era uma tentativa de reivindicar uma herança africana que havia sido negada aos norte-americanos negros pelo racismo.

Diferença a partir da categoria "negro"

- Como os processos culturais são dinâmicos, e o processo de reivindicação é também mediado, o termo “negro” não precisa ser construído em termos essencialistas. Pode ter diferentes significados políticos e culturais em contextos diferentes.
- Como movimento social, o ativismo negro tinha como alvo gerar solidariedade; ele não necessariamente supunha que todos os membros das diversas comunidades negras inevitavelmente se identificariam com o conceito em seu uso britânico.

Críticas

- Argumenta-se que o termo “negro” serve para ocultar as necessidades culturais de outros grupos que não aqueles de origem africano-caribenha.
- Etnicismo: procuram impor noções estereotipadas de “necessidade cultural comum” sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos.
- Hazareesingh sugere que o uso de “negro” deve ser reservado para pessoas de ascendência africana e que as pessoas do subcontinente sul-asiático devem ser subsumidas sob o conceito de “indianos”, com base na “cultura compartilhada no sentido histórico”.
- Já Modood emprega o termo “asiático” em lugar de “negro” em vez de sul-asiático que descarta como termo acadêmico. Deixando de lado o fato de que a Ásia cobre uma parte muito maior do globo do que o subcontinente do Sul da Ásia.

Conclusão da autora

- O debate em torno do uso do termo “negro” na Grã-Bretanha destaca como a “diferença” é construída de maneira diferente dentro desses discursos.
- O uso de “negro”, “indiano” ou “asiático” é determinado não tanto pela natureza de seu referente como por sua função semiótica dentro de diferentes discursos. Esses vários significados assinalam diferentes estratégias e resultados políticos. Mobilizam diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas, e colocam limites ao estabelecimento de fronteiras da “comunidade”.

Diferença e feminismo

Conferência Internacional de Mulheres em Nairobi, 1985
- a heterogeneidade de nossa condição social - os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional.

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero.

Gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa **localização dentro de relações globais de poder** (através de processos econômicos, políticos e ideológicos).

Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”.
Cada descrição está referida a uma condição social específica.

Diferença e feminismo

É uma diferença de condições sociais. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea.

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil.

As feministas, é claro, não ignoram a biologia das mulheres, mas questionam ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas.

O modo como questões de biologia são tratadas varia nos diferentes feminismos.

Diferença e feminismo

Ainda que repudiando o determinismo biológico implicado em discursos patriarcais, algumas versões do feminismo “radical”, por sua vez, constroem uma noção trans-histórica da feminilidade essencial que precisaria ser resgatada e recuperada para além das relações patriarcais.

O feminismo “socialista” montou uma poderosa crítica daquelas perspectivas materialistas que priorizam a classe, negligenciam as conseqüências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiam as heterossexualidades e dedicam escassa atenção aos mecanismos sociais que impedem as mulheres de atingir igualdade econômica, política e social.

Convém lembrar que, até recentemente, perspectivas feministas ocidentais, como um todo, deram pouca atenção aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade.

Diferença e feminismo

Processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas, e na base de diferentes significantes de “diferença”. Cada racismo tem uma história particular.

Há uma tendência na Grã-Bretanha de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras”. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”.

É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais.

Feminismo branco ou feminismo negro?

- Década de 70 e 80 – as comunidades negras estavam envolvidas em grande variedade de atividades políticas. Houve grandes greves industriais, diversas lideradas por mulheres.
- Mulheres negras estavam envolvidas em atividades de auto-ajuda ocupadas em atividades educacionais, de bem-estar e culturais, mas a formação de grupos autônomos de mulheres negras no fim da década de 70 injetou uma nova dimensão na cena política.
- Criação da Organização das Mulheres de Ascendência Asiática e Africana (OWAAD) – objetivo era enfrentar as formas específicas de opressão diante das diferentes categorias de mulheres negras. O compromisso de forjar a unidade entre mulheres africanas, caribenhas e asiáticas demandava tentativas contínuas de analisar, compreender e trabalhar com o que era comum, mas também com a heterogeneidade de experiências.

Feminismo branco ou feminismo negro?

- As organizações filiadas à OWAAD compartilhavam seus objetivos amplos, mas havia diferenças políticas entre as mulheres em várias questões. Havia acordo geral de que o racismo era crucial na estruturação de nossa opressão na Grã-Bretanha, mas diferíamos em nossas análises do racismo e de seus laços com classe e outros modos de desigualdade.
- Para algumas mulheres, o racismo era uma estrutura autônoma de opressão e tinha que ser atacado como tal; para outras, estava inextricavelmente conectado com classe e outros eixos de divisão social.
- Práticas culturais em formas opressivas – O problema da violência masculina contra mulheres e crianças, a desigual divisão sexual do trabalho em casa, questões de dote e de casamentos forçados, a clitoridectomia, o heterossexismo e a supressão das sexualidades lésbicas.

Hierarquias de opressão

- Política de identidade: Ao invés de identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão, e construir uma política de solidariedade, algumas mulheres começavam a diferenciar essas especificidades em hierarquias de opressão.
- Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada.

Críticas

- Apesar da fragmentação do movimento das mulheres, as mulheres negras na Grã-Bretanha continuaram a levantar questões críticas sobre a teoria e a prática feministas.
- Feministas negras têm argumentado de maneira consistente contra o paroquialismo, e salientado a necessidade de um feminismo sensível às relações sociais internacionais de poder.
- O artigo de Hazel Carby “White women listen” [Escutem mulheres brancas], por exemplo, apresenta uma crítica de conceitos-chave feministas como “patriarcado”, “família” e “reprodução”. Fornece diversas ilustrações de como um certo tipo de feminismo ocidental pode servir para reproduzir, mais que para enfrentar, as categorias através das quais “o ocidente” constrói e representa a si mesmo como superior a seus “outros”.

Críticas

- Barret e McIntosh, por exemplo, reconheceram as limitações do conceito de patriarcado como dominação masculina não ambígua e invariável, não diferenciada por classe ou racismo. Optaram pelo uso de “patriarcal” significando “relações sociais particulares que combinam uma dimensão pública de poder, exploração ou status com uma dimensão de servilismo pessoal”.
- Relações patriarcais são uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada.
- Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis.

Feminismo branco ou feminismo negro?

- Isso significa que feminismo “branco” ou feminismo “negro” na Grã-Bretanha não são categorias essencialistas.
- Representam lutas sobre esquemas políticos de análise; os significados de conceitos teóricos; as relações entre teoria, prática e experiências subjetivas, e sobre prioridades e modos de mobilização política. Mas não devem, em minha opinião, ser entendidas como construindo as mulheres “brancas” e “negras” como categorias “essencialmente” fixas em oposição.
- A questão é que o feminismo negro não só representava um sério desafio aos racismos centrados na cor, mas sua significação ultrapassa esse desafio. O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária.
- O feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição.

“

MINHA PROPOSTA DE QUE OS FEMINISMOS “NEGRO” E “BRANCO” SEJAM TRATADOS COMO PRÁTICAS DISCURSIVAS NÃO ESSENCIALISTAS E HISTORICAMENTE CONTINGENTES IMPLICA QUE MULHERES NEGRAS E BRANCAS PODEM TRABALHAR EM CONJUNTO PELA CRIAÇÃO DE TEORIA E PRÁTICA FEMINISTAS NÃO-RACISTAS. A QUESTÃO-CHAVE, ENTÃO, NÃO DIZ RESPEITO À “DIFERENÇA” EM SI, MAS A QUEM DEFINE A DIFERENÇA, COMO DIFERENTES CATEGORIAS DE MULHERES SÃO REPRESENTADAS DENTRO DOS DISCURSOS DA “DIFERENÇA” E SE A “DIFERENÇA” DIFERENCIA LATERAL OU HIERARQUICAMENTE. PRECISAMOS DE MAIOR CLAREZA CONCEITUAL NA ANÁLISE DA DIFERENÇA.

Diferença: qual diferença?

Diferença como categoria analítica.
Essa ideia remete à análise de como
as formas específicas de discursos
sobre a diferença se constituem, são
contestados, reproduzidos e
(re)significados.

**Quatro
maneiras de
conceituar
diferença**

**DIFERENÇA
COMO
EXPERIÊNCIA**

**DIFERENÇA
COMO RELAÇÃO
SOCIAL**

**DIFERENÇA
COMO
SUBJETIVIDADE**

**DIFERENÇA
COMO
IDENTIDADE**

Diferença como experiência

Experiência é um conceito-chave no feminismo.

O cotidiano das relações sociais de gênero – desde o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, emprego mal pago e dependência econômica até a violência sexual e a exclusão das mulheres de centros-chave de poder político e cultural – ganhou um novo significado através do feminismo à medida que deixou o domínio do “tido como certo” para ser interrogado e enfrentado.

A conscientização trouxe para o primeiro plano um dos mais poderosos insights do feminismo, que é que a experiência não reflete de maneira transparente uma realidade pré-determinada, mas é uma construção cultural. De fato, “experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”.

Diferença como experiência

A experiência é o lugar da formação do sujeito. Essa noção muitas vezes falta nas discussões sobre diferenças entre pessoas onde a diferença e a experiência são usadas principalmente como “termos de senso comum”.

É útil distinguir a diferença como marcador de distintividade de nossas “histórias” coletivas da diferença como experiência pessoal inscrevendo a biografia individual. Esses conjuntos de “diferenças” articulam constantemente, mas não podem ser “lidas” uma a partir da outra.

Diferença como experiência

Como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como “ela” é culturalmente construída: a miríade de maneiras imprevisíveis em que tais construções podem se configurar no fluxo de sua psique; e, invariavelmente, em relação ao repertório político dos discursos culturais à sua disposição.

O mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes.

Diferença como relação social

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais.

A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo.

- Isso significa que, na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida não habitam espaços mutuamente exclusivos.

Diferença como subjetividade

O objetivo é explorar a relação entre mudança pessoal e mudança social sem recurso a explicações redutivas de determinação simples.

Precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas.

Diferença como identidade

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais.

Identities são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais.

A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade.

Diferença como identidade

Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo.

Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares.

O sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como o “eu”, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado.

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável.

A diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão.

É uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.

**Parece imperativo que não
compartimentalizemos opressões, mas em
lugar disso formulemos estratégias para
enfrentar todas elas na base de um
entendimento de como se interconectam e
articulam.**

Referência:

BRAH, AVTAR. DIFERENÇA, DIVERSIDADE,
DIFERENCIAÇÃO. CADERNOS PAGU, N. 26, P. 329-376, 2006.